

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.941 - CE (2019/0302078-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ANTONIO CLÉSIO ALVES LEITE  
**ADVOGADO** : FRANCISCO GONÇALVES DIAS - CE010416  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ANTONIO CLÉSIO ALVES LEITE desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (*Habeas Corpus* n. 0627495-64.2019.8.06.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 330 do Código Penal, por três vezes.

Narra a denúncia que, "nas datas de 22/06/2017, 02/08/2017 e 18/09/2017, o réu recebeu os Ofícios n. 263/2017-PJAS, n. 305/2017-PJAS e n. 392/2017-PJAS, desta Promotoria de Justiça, porém ficou silente em todas as oportunidades, eis que - embora advertido caso não apresentasse resposta no prazo estabelecido poderia enseja[r] medidas judiciais cabíveis - ainda assim não atendeu" (e-STJ fl. 17).

A defesa pediu o arquivamento do feito, arguindo atipicidade da conduta. O pedido foi indeferido.

Ante essa decisão o recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça. A ordem foi denegada, conforme a seguinte ementa (e-STJ fl. 111):

*HABEAS CORPUS* COM PEDIDO DE LIMINAR. DESOBEDIÊNCIA. LIMINAR INDEFERIDA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL FACE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. INVIABILIDADE. O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL PELA VIA ESTREITA DO *HABEAS CORPUS* SOMENTE É POSSÍVEL QUANDO PELA SIMPLES EXPOSIÇÃO DOS FATOS NARRADOS NA DELATÓRIA, VERIFICA-SE A DESCRIÇÃO DE CONDUTA ATÍPICA, QUE NÃO EXISTA NENHUM ELEMENTO INDICIÁRIO DEMONSTRATIVO DA AUTORIA DO DELITO IMPUTADA À PACIENTE OU AINDA, QUANDO EXTINTA A PUNIBILIDADE, SITUAÇÕES NÃO EVIDENCIADAS NOS AUTOS. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. O paciente foi denunciado pela prática do delito previsto no artigo

# Superior Tribunal de Justiça

330 do Código Penal.

2. O trancamento de ação penal por meio de *habeas corpus* é medida excepcional, que só deve ser admitida nos casos em que demonstrada – *prima facie* e sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade da conduta do agente, a existência de causa extintiva de sua punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do crime.

3. Torna-se inviável o acolhimento do pedido de trancamento da ação penal, uma vez que não evidenciada, de plano, a alegada ausência de justa causa, afigurando-se certo, outrossim, que o exame pormenorizado da matéria fática é incompatível com a via estreita do *habeas corpus*.

4. Ordem conhecida e denegada.

No presente recurso, a defesa alega que "neste caso concreto a denúncia não narra especificamente o fundamento legal da ordem supostamente descumprida, de forma que há nítida inépcia da peça acusatória, pelo que deveria ter sido a mesma rejeitada, por homenagem no art. 395, I, do Código de Processo Penal" (e-STJ fls. 133/134).

Sustenta também "que em nenhum dos dois ofícios constou expressamente advertência no sentido de que 'eventual descumprimento poderia configurar o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, com posterior comunicação do fato ao Ministério Público, para as providências criminais pertinentes'" (e-STJ fl. 134).

Aduz que "a advertência genérica contida nos documentos enviados ao recorrente não se constitui em fato típico nem supre a advertência clara e específica que é exigível para o fim de indubitavelmente reconhecer-se ter havido a ciência inequívoca do mesmo quanto às consequências do eventual desatendimento do pleito ministerial" (e-STJ fl. 134).

Requer, liminarmente, o sobrestamento da ação penal. No mérito, pede que seja "decretada a inépcia da denúncia diante da falta de justa causa e da atipicidade da conduta" (e-STJ fl. 139).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

# *Superior Tribunal de Justiça*

*habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator